

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESPAÇO DA INFÂNCIA E A INCLUSÃO ESCOLAR

NUNES, Dione Moreira¹; KLEIN, Madalena².

¹ Aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/ FaE/ /UFPEl
E-mail dione.mnunes@gmail.com

² Professora orientadora - Deptº de Fundamentos da Educação, PPGE/ FaE/ /UFPEl
E-mail kleinmada@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Diante de nossa prática como docente e do contato com a comunidade escolar, observamos que o processo de inclusão nas escolas públicas ainda ocorre de forma lenta e dolorosa, tanto para os professores quanto para os alunos, por não oferecer as condições necessárias à inclusão, condições que as próprias políticas anunciam e que na prática ainda não acontecem. Assim, com o intuito de contribuir para a atual discussão inclusiva, esta pesquisa tem como propósito abordar a prática do professor de Educação Física (EF) diante do processo de inclusão. Para tal, enfatizamos a responsabilidade da EF escolar no desenvolvimento do aluno, como espaço atuante na formação de cidadãos conscientes, destacando a ação desse profissional nos primeiros anos escolares do ensino fundamental. Pensamos na perspectiva de uma EF crítica, que conforme Darido (2008, p.15) ao discutir algumas abordagens pedagógicas da EF escolar, argumenta que “uma Educação Física crítica estaria atrelada às transformações sociais, econômicas e políticas, tendo em vista a superação das desigualdades sociais”.

Percebemos a necessidade de maiores investigações que problematizem também a competência pedagógica e social do professor de EF diante do processo de inclusão no espaço do ensino regular. Conforme Rodrigues:

[...] a EF, como disciplina curricular, não pode ficar indiferente ou neutra em face deste movimento de educação inclusiva. Fazendo parte do currículo oferecido pela escola, esta disciplina pode-se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional a que a escola seja (ou se torne) mais inclusiva (2003, p.69).

Perante a realidade do processo de inclusão escolar, salientamos como desafio educacional oferecer uma educação de qualidade e garantir o atendimento a todos. A educação inclusiva ainda vem sendo um grande desafio no atual contexto escolar brasileiro, tendo em vista as orientações políticas emanadas das diferentes secretarias de educação do país. A partir da década de 90, os movimentos de estruturação de escolas inclusivas passaram a ser amparados por Lei. Desde então, o sistema escolar obriga-se a buscar meios para garantir a todos o cumprimento de seus direitos e deveres previstos constitucionalmente. Nessa perspectiva, a garantia de inclusão tem se constituído em um grande desafio para educadores, dirigentes, pais e alunos.

Conforme o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p.69).

O desafio educacional está em gerar uma convivência positiva entre todos os alunos, garantindo a aprendizagem comum, e não desconsiderando as especificidades pedagógicas dos alunos com necessidades especiais (BEYER, 2005). Entretanto, para que isso seja possível, é inevitável refletir sobre as práticas pedagógicas diante do processo de inclusão.

Neste sentido, consideramos importante destacar a EF escolar e seu papel fundamental na formação do indivíduo, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais, que contribuem efetivamente ao processo de inclusão, elementos referentes à cidadania, aspectos relacionados à compreensão da realidade, e da capacidade de poder modificá-la e apropriar-se dela. Circunstâncias educacionais nas aulas de EF podem possibilitar discussões mais amplas sobre o mundo no qual estamos inseridos e somos dele construtores. As aulas de EF podem ser espaços para a construção de valores inclusivos, isso implica em atitudes renovadas que vão além das adaptações daquelas já existentes. “[...] Um espaço para a expressão de valores capazes de equilibrar a necessidade do organismo em se auto-realizar, apesar das imposições externas” (SILVA; SALGADO, 2005, p.51).

É preciso considerar, ainda, que as ações educacionais na infância são essenciais na formação do indivíduo. Dessa maneira, evidenciamos a relevância do papel da EF nos primeiros anos escolares do ensino fundamental. “A Educação Física é tão mais importante quanto mais nova for a criança” (FREIRE, 1989, p.13), o autor ainda considera que é um espaço para ser levado em conta os movimentos, a fantasia, o jogo, o brincar, considerando que o início do processo de educação é o que a criança sabe, é e sente. Como ressalta Figueiredo (2009, p.31), “representando as suas fantasias no mundo do *faz de conta*, a criança vai construindo uma ponte entre a sua subjetividade e o mundo exterior, ao mesmo tempo em que aprende a ter respeito pelas limitações que a realidade lhe impõe”. Assim, consideramos também indispensável à participação de crianças com deficiência neste espaço da EF, propiciando o seu desenvolvimento e a sua socialização.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente proposta de trabalho constitui-se em uma investigação de caráter qualitativo, conforme abordagem de Bogdan; Biklen (1994), realizando um estudo que pretende incidir sobre aspectos da vida educativa. Para tanto, recorreu à observação e à entrevista com professores de EF que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas de um município no interior do RS, escolas com número significativo de alunos em inclusão nos primeiros anos escolares. A escolha do campo empírico da investigação deu-se por conhecer a

realidade dessa comunidade escolar, onde a SME, através de setor responsável pela implementação e acompanhamento da política inclusiva, tem proporcionado, de forma efetiva, espaço para a formação de seus profissionais.

A coleta de dados foi feita através de anotações registradas em diário de campo, durante observações não estruturadas realizadas em oito aulas de EF das turmas selecionadas e também através de uma entrevista semi-estruturada gravada em áudio, feitas com os professores de EF observados.

Sendo assim, com estes instrumentos, pudemos conhecer a formação complementar desses professores, saber sobre suas ações e organização da prática para o atendimento do aluno com deficiência junto à turma de ensino regular, averiguando também outras experiências com alunos em situação de inclusão, como ensaio de dança; intervalo entre as aulas; hora de chegada na escola. Dessa forma, investigamos as práticas de ensino dos professores de EF nos primeiros anos escolares do ensino fundamental da rede pública municipal, buscando compreender como esses professores têm desenvolvido práticas inclusivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das realidades observadas, percebemos espaços que estão se reformulando a partir das exigências do processo de inclusão; são escolas que estão buscando condições para se adaptar a esse processo. Salientamos como pontos positivos: as salas de recursos com diversidade de materiais e profissionais especializados; as turmas com alunos em situação de inclusão são pequenas; os ambientes escolares parecem em harmonia no que diz respeito a aceitação da inclusão; e os professores de EF entrevistados, diante das dificuldades e particularidades, demonstraram preocupação com o processo de inclusão.

Uma das abordagens desta pesquisa foi sobre os facilitadores para a prática inclusiva no ensino regular. Esses professores salientaram alguns aspectos importantes, dentre eles destacamos a necessidade do trabalho colaborativo na gestão escolar como uma das ações diferenciadas de trabalho para favorecer a prática docente diante das situações de inclusão, e a questão da bidocência.

Assim, destacamos a influência positiva que as relações de colaboração entre docentes podem ter no tipo de trabalho que esses desenvolvem, e no crescimento profissional para a implementação de estratégias de ensino aprendizagem.

Quanto à bidocência, os professores comentaram a questão de ter alguém para auxiliar durante as aulas, principalmente em turmas com mais de um aluno incluído e em casos de alunos com maiores limitações, referindo-se a pessoas aptas para trabalhar junto com o professor na sala de aula, inclusive com conhecimentos pedagógicos. Considerando que em turmas inclusivas, ter um profissional para dar apoio pedagógico, seria um facilitador para o atendimento da turma como um todo, encontramos o termo “bidocência”, que Beyer (2010) caracteriza como sendo a colaboração de um segundo educador em classes inclusivas, turmas constituídas por um grupo heterogêneo, com as mais variadas capacidades, e, também necessidades.

Salientamos que este estudo tem como base as discussões e reflexões que vêm ocorrendo para que a prática inclusiva se torne efetiva no sistema de ensino regular, a partir de uma proposta inclusiva que se remete a uma diferenciação pedagógica, visando dar conta do atendimento educacional de todos os alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos apresentar aspectos de uma rede educacional frente ao processo de inclusão, pretendendo contribuir e gerar maiores reflexões sobre as possibilidades de práticas pedagógicas que atendam as necessidades da educação inclusiva. Levando em conta que análises de práticas pedagógicas podem colaborar significativamente para a qualidade da inclusão em escolas regulares, almejamos a EF atuando como facilitadora nesse processo.

Diante das discussões apresentadas referentes às responsabilidades da escola como coletivo operando para uma educação inclusiva, abordamos nesta pesquisa o papel do professor de EF como mediador de práticas inclusivas e a importância dessas ações educacionais na infância. Acreditamos, assim, na atuação do professor como educador, formador de opinião, um profissional que busque constantemente uma prática mediadora, possibilitando a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os seus alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGDAN, R.C; BIKLEN,S.K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BEYER, H. O. *Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre:Mediação, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na Escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino. *Corporeidade na escola: Brincadeiras, jogos e desenhos*. 6.ed. Pelotas: Editora Universitária-UFPel, 2009, 89p.
- FREIRE, João Batista. A escola desobediente. *Revista da Fundação de Esporte e Turismo*. Curitiba, v. 1, n. 3, p. 11-18, 1989. Disponível em:<
<http://boletimef.org/biblioteca/2558/A-escola-desobediente-Entrevista-com-Joao-Batista-Freire>>. Acesso em: 16 de julho. 2011.
- RODRIGUES, David. Educação inclusiva as boas notícias e as más notícias. In: *Perspectivas sobre a inclusão da Educação à sociedade*. Porto/Portugal: Porto Editora, 2003, p.90-101.
- SILVA, Kátia Regina Xavier da; SALGADO, Simone da Silva. Construindo Culturas de Inclusão nas Aulas de Educação Física numa Perspectiva Humanista. *Arquivos em Movimento*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.45-53, janeiro/junho 2005. Disponível em: http://b200.nce.ufrj.br/~revista/artigos/v1n1/artigo05_v1n1.pdf >. Acesso em: 16 de abr. 2011.